

**ANÁLISE NO IMPACTO SOCIAL NA RELAÇÃO FAMILIAR E NO DESEMPENHO
ESCOLAR NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS PELO PROJETO
“CAJUN” ATRAVÉS DE AULAS DE BALLET**

Ana Carolina Godoi da Silveira e Otávio Tavares; PET Educação Física;

CEFD, Universidade Federal do Espírito Santo; acadêmica, tutor.

Inúmeros são os projetos sociais brasileiros com intuito de beneficiar crianças e adolescentes desfavorecidos sócio-economicamente. O Objetivo desse trabalho foi verificar se o Projeto CAJUN têm obtido um impacto social significativo no relacionamento familiar e escolar de seus alunos através das aulas de ballet. Foi realizado um estudo de campo que obteve através de questionários, entrevistas e observações, sua coleta de dados. Uma superficial modificação no relacionamento familiar foi relatado pelos pais, e negada pelos funcionários da escola regular. Conclui-se assim que o Projeto é assistencialista e, apesar de proporcionar atividades aos alunos, não tem obtido um profundo impacto social.

INTRODUÇÃO

Inúmeros são os projetos sociais estruturados a partir de políticas públicas, organizações sociais, ONGs e outros seguimentos da sociedade, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes desfavorecidos sócio e economicamente, através da oferta de atividades esportivas e artísticas, afim de promover uma cidadania emancipada.

O objetivo dessa pesquisa foi verificar se o CAJUN, projeto da Prefeitura Municipal de Vitória, têm obtido um impacto social significativo no relacionamento familiar e escolar de seus alunos a partir de suas aulas de ballet, uma vez que esses são objetivos explícitos da Instituição.

Esta pesquisa se justifica pela escassez de dados que avaliem o impacto social que projetos sociais obtêm (ou não) na vida dos indivíduos participantes e, por isso, é e será de grande importância, uma vez que levantou informações que podem servir como uma forma de avaliação de mudanças sociais que as aulas de ballet, e o próprio CAJUN, têm sobre a vida familiar e escolar dos freqüentadores do mesmo, além de ser uma fonte de estudos sobre o assunto já que, apesar do grande número de projetos aqui existentes, são poucos os trabalhos dessa tipologia na cidade de Vitória .

Esta é uma pesquisa do tipo exploratória, que, segundo Gil (2002) caracteriza-se como um estudo de campo. Foi desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado, e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.

Inicialmente foi-se feita uma etapa exploratória e observações das aulas de ballet no CAJUN além da coleta de dados através de questionários e entrevistas para:

- a) Funcionários do CAJUN : Coordenadora, Professor, Assistente social.
- b) Alunos.
- c) Pais e/ou responsáveis.
- d) Funcionários da Escola Regular, Isaura Marques da Silva: Coordenadora, Pedagogas e Professoras.

CIDADANIA. CONCEITOS E ABORDAGENS

O conceito de cidadania social para T.H Marshall se divide em três elementos:

“o elemento civil é composto dos direitos necessário à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à

propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. As instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar do exercício do poder político, como um membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos integrantes de tal membro. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos de Governo local. O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1967b, p. 64).

A partir do século XII houve uma divisão funcional na qual “ tornou-se possível para cada um [dos três elementos] seguir seu caminho próprio, viajando numa velocidade própria sob a direção de seus princípios peculiares” (MARSHALL, 1967b, p.65).

“ O divórcio entre eles era tão completo que é possível sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação de vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX”(MARSHALL, 1967b, p. 66).

Com a chegada do século XX os três elementos da cidadania interceptam-se num plano de igualdade que passa a ser definida por

“um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade [...]. As sociedades criam uma imagem de cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido em relação à qual aspiração pode ser dirigida” (MARSHALL, 1967b, p. 79).

Os Estados do Bem-estar Social surgiram a partir da década de 60 como consequência da Era de Ouro. Poucos foram os países que muito gastaram com saúde, educação e segurança. As políticas públicas são uma das esferas que possibilitariam a consolidação dos investimentos na área social no Brasil, mas ainda é um departamento frágil, sem grandes avaliações de suas ações e sem impactos homogêneos na população, ficando assim o Estado do Bem-estar Social, conhecido pelos brasileiros apenas através da ótica histórica de alguns países avançados.

No século XX, aumenta a preocupação com os direitos sociais e o aumento destes, mas esse aumento não caracteriza, necessariamente igualdade de elevação de renda.

“A superação da pobreza é uma tarefa complexa que não se resolve somente com políticas de elevação de renda. Na formulação das políticas de combate à pobreza há que se considerar a precariedade de inserção [...] em: produção, consumo, acesso / fruição de bens simbólicos e cidadania” (GONÇALVES, 2003, p. 130).

Vejamos como se deu então a construção da cidadania e suas diferenciações. “A construção da cidadania resulta da dinâmica das relações de poder, sendo concomitantemente parte e processo de constituição e consolidação da hierarquia de poder na sociedade “ (TEIXEIRA, apud PEREIRA FILHO, 1999, p. 178). Nesse aspecto é de grande relevância o processo de organização das classes populares, no intuito de romperem com a condição de pré-cidadão, como sendo a condição a qual foram submetidas a população rural e a maioria urbana, tendo em vista a sua não-vinculação às categorias profissionais regulamentadas pelo Estado Novo, que apenas permitiria o exercício de uma cidadania regulada onde os cidadãos não são legitimados de acordo com seus direitos políticos e civis, e sim por sua vinculação à uma das categorias profissionais reconhecidas por lei. A organização social, poderia transpor o exercício de uma cidadania tutelada, (que seria um tipo de cidadania cultivada pelas elites políticas-econômicas através de práticas clientelistas e paternalistas e que se aproveitam da pobreza política da maioria da população), e de uma cidadania de sobrevivência a qual estão submetidas as classes populares, permitindo que a comunidade desenvolva constantes mobilizações a fim de garantir seus direitos básicos. O objetivo é alcançar uma nova cidadania, categorizada como cidadania emancipada, e como cidadania da modernidade. Ambas caminham no sentido de superação da pobreza política, com alteração da distribuição de dinheiro público em favor das classes trabalhadoras e conseqüente combate ao acúmulo de capitais, proporcionando assim a garantia de padrões básicos de sobrevivência (PEREIRA FILHO, 1999).

Há urgência e importância em modificar a cidadania adquirida pelas camadas desfavorecidas sócio-economicamente. A integração entre comunidade e Estado é uma ação no caminho dessa modificação.

PROJETOS SOCIAIS

PROCESSO HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS BRASILEIROS

Nesse momento, se torna importante relatar uma teoria que sustenta diversos projetos sociais; a teoria da dívida. “De modo negativo, entende-se por dívida tudo o que circula na sociedade que não esteja ligado nem ao mercado (equivalência) nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do laço social” (GONÇALVES, 2003, p. 60). A dívida está em todas as sociedades e constitui-se na obrigação de dar, receber e retribuir. Dessa maneira, os projetos sociais são um sistema de dívida, pois, “construindo redes de reciprocidade e solidariedade que envolvem estranhos, o 4º- setor demonstra que a dívida existe na sociedade moderna” (GONÇALVES, 2003, p. 242). Conceber as políticas sociais pela ótica da dívida abre novas perspectivas sobre outras formas de participação política que visam a inclusão dos diferentes setores sociais à nação. Os teóricos da reciprocidade moderna pressupõem que as relações entre as pessoas podem ser orientadas por outros interesses que não apenas os puramente egoístas ou os que são frutos da coerção pública. O debate gira em torno da reaproximação do econômico e do social, da discussão acerca da reciprocidade e da solidariedade entre os homens em geral e entre pessoas concretas. Sendo assim, o que a eles interessa são as formas de participação ativa do cidadão. Para isso, admitem a existência de outras formas de circulação de bens e serviços nas comunidades que não se reduzam àquelas propostas pelo Estado, pelo mercado ou pela esfera doméstica. É importante ressaltar que este trabalho não se baseou na teoria da dívida, apenas cita-se sua definição, e o que seus teóricos defendem, devido à relevância da mesma em relação aos programas sociais brasileiros; o foco teórico central dessa pesquisa foi a busca pela compreensão da cidadania e de sua relação entre Estado e sociedade.

Os Projetos Sociais Brasileiros surgem em meio à desigualdades sociais. O Brasil comporta indicadores sociais no mesmo nível de países afro-asiáticos ao mesmo tempo em que é 8^a

economia mundial. 50% dos jovens brasileiros não desfruta de patamares sociais mínimos de subsistência, e, 87% dos 31,1 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos vivem em áreas urbanas e 1/3 das mortes dos mesmos são provocadas por armas de fogo.

Zaluar (1994), explica a aparição dos inúmeros projetos sociais da seguinte maneira: na década de 40 lutou-se pela universalização da escola defendendo a idéia de que a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado a oferta do ensino primário gratuito. Após esse período, a escola brasileira entrou na mira de críticos acusada por ser agente de dominação do Estado. Indo contra a essa suposta dominação, projetos educacionais tomaram conta da imaginação política dos intelectuais brasileiros que defendiam a idéia de que a cultura dos dominados é autônoma e suficiente para atender a seus próprios interesses. É nesse quadro então que, a partir dos anos 70, tanto pessoas da própria comunidade quanto políticos, estudiosos e pensadores, ONGs, associações religiosas e recreativas, começam a desenvolver projetos sociais no Brasil, envolvendo principalmente crianças e adolescentes.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO

As ações sociais do Estado fazem parte das Políticas Públicas do mesmo. Ao discutir políticas públicas, busco como referencial Valla e Stotz (apud PEREIRA FILHO,1999) que as definem como

“ações desenvolvidas pelo Governo no sentido do desenvolvimento de infra-estrutura industrial e consumo coletivo. Ou seja, as ações que caminham no sentido de desenvolver a infra-estrutura industrial visam garantir todas as condições necessárias para o desenvolvimento dos empreendimentos do capital. Já as que caminham ao encontro do consumo coletivo são entendidas como aquelas desenvolvidas em caráter permanente por parte do Poder Público afim de garantir o acesso aos serviços básicos: água, luz,

transportes públicos, educação, saúde, lazer, esporte etc. São serviços de direta responsabilidade do Poder Público, com características de consumo coletivo e que têm como função, dentro da estrutura do sistema capitalista, garantir a reprodução da força de trabalho (p. 172).”

No Brasil predominam as políticas sociais dentro de uma perspectiva que Falleiros (apud PEREIRA FILHO, 1999) denominou como sendo formas de manutenção de força de trabalho econômica e politicamente articulada para não afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra hegemonia da luta de classes. Tais políticas desenvolvem-se através de programas de cunho assistencialista, que são mecanismos de dependência estabelecidos pelo Estado de forma a manter relações de conformismo, onde serviços públicos são meramente confundidos com favores e ações de mútua reciprocidade eleitoreira, quando o sucesso político-eleitoral possui estreitas relações com as necessidades imediatas da população.

Para reversão desse quadro há a necessidade de modificação da estrutura das políticas públicas, que, para obtenção de sucesso, “depende da hegemonia que adquirem, enquanto conjunto de idéias e ações propostas, nesse amplo processo de interação em que o pensamento técnico e o senso comum transformaram-se mutuamente.” (ZALUAR, 1994, p. 179). Logo, comunidade e Estado devem estar unidos com um propósito que deve ir além de oferecer atividades à crianças e adolescentes com baixo poder aquisitivo.

PROJETOS SOCIAIS BRASILEIROS

Estudos acerca de diversos projetos sociais no Brasil revelaram que o que mais se efetiva é a inclusão social que foi também, o objetivo alcançado pela maioria dos projetos que trabalham mais especificamente com danças.

Outro ponto positivo levantado foi a participação da sociedade, atuante no processo da construção de políticas sociais

Em contra partida, foram observados, através da literatura levantada, pouca melhora na participação escolar e pouca parceria efetiva entre escola e projeto em diversos projetos, apesar de ser pré-requisito, em alguns, que o freqüentador esteja matriculado em alguma escola

Para os pais, a importância primordial em manterem seus filhos em Projetos é, afastá-los da rua e de seus perigos.

O CAJUN

O Caminhando Juntos (CAJUN) surge na Cidade de Vitória como iniciativa da Prefeitura, no ano de 1996, para atender à camada da população mais desfavorecida sócio e economicamente.

Os objetivos específicos do CAJUN são:

“Promover o exercício da liberdade criadora, possibilitando novas formas de pensar. **Contribuir para a construção de uma atitude básica, ética e estética, sensível e criativa, diante da vida pessoal, social e produtiva. Contribuir para o acesso, o regresso e a permanência, com sucesso, das crianças e dos adolescentes na escola.** Proporcionar pelas vias da arte, do esporte e da comunicação o fortalecimento da identidade cultural das comunidades abrangidas pelo projeto. **Desenvolver conjuntamente com as famílias, escolas, comunidades e entidades parceiras uma co-responsabilidade social perante questões referentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente.** Trabalhar em rede

articulada com o 1º, 2º e 3º setores. Reconhecer que toda a força de nossas parcerias está em aprendermos juntos a gerar novas respostas, novos caminhos para o trabalho social e cultural com crianças e adolescentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA ,2004,p. 9, grifo nosso).

O CAJUN se divide em dois eixos: artísticos e esportivos. As aulas de ballet se incluem no primeiro eixo.

As aulas de ballet de acordo com o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) apontam aulas para priorizar a criatividade, e a ludicidade, fugindo do treinamento muito específico e a cópia de coreografias. Mas, ao observar as aulas no CAJUN do Bairro de Andorinhas o que se percebe é o contrário; o professor dá apenas aulas técnicas, não efetivando atividade alguma para beneficiar a ludicidade, a criatividade ou para promover a cidadania.

A pedagoga da escola regular que as crianças pertencentes ao CAJU freqüentam fazem o seguinte relato acerca do Projeto:

“do jeito que está funcionando não vejo muita diferença. Os alunos que estão em risco continuam nele. O CAJUN não está evitando que o aluno chegue ao submundo. Lá tem que ter um pedagogo que articule as ações, além de biblioteca e orientação, ajudar no dever de casa ao invés de jogar swing baiano. Tem que articular as ações. Lá tá funcionando como cabide político. Não tem acompanhamento. Quando eu encontrava alunos de risco aqui na escola, encaminhava prá lá, mas agora não encaminho mais porque não tô vendo resultado. Ocorre freqüentemente de eles ficarem soltos e até jogarem pedra aqui na escola”.

Já para o professor de ballet,

“É um projeto que funciona . Tira muita criança da rua . Elas vem mais cedo pra cá, antes do horário da aula de ballet começar para não ficarem a toda na rua. Elas tem aqui no CAJUN um momento de lazer onde elas esquecem o monte de problemas que tem.[...] Minhas aulas são sempre assim: gosto de ensinar técnica, para elas serem boas bailarinas, e poderem ganhar bolsas; eu já consegui umas trinta bolsas para as meninas daqui”.

Nenhuma atividade é realizada pelo professor afim de promover a cidadania ou transmitir o conhecimento a cerca dos direitos dos alunos enquanto cidadãos

A VIOLÊNCIA EM ANDORINHAS

De acordo com a fala dos diferentes setores da comunidade envolvidos direta ou indiretamente, ficou clara a divergência de pensamentos e opiniões entre professores e coordenadores do CAJUN, familiares dos alunos, pedagogas, coordenadora e professoras da Escola Regular, acerca da violência no Bairro.

Relatos tão diferenciados, nos remetem à idéia de que, é provável que, como a coordenação do CAJUN se relaciona mais intimamente com a parte da população interessada em mudanças e que, provavelmente não se envolvem com drogas , não percebem a violência impregnada na comunidade. Como a escola convive diariamente com um percentual maior da comunidade e muito mais heterogênea, percebe muito mais as diversas formas de violências encontradas tanto dentro dos muros da instituição quanto fora. Já os moradores, percebem a violência e suas diversas facetas, mas preferem acreditar que quem não se envolve com ações criminosas, não sofrerá suas penalidades.

O CAJUN DANÇOU ?

Para diversos autores, a Dança vai muito além do que um prática corporal. Através do dançar pode-se trabalhar tanto o físico quanto o cognitivo e o emocional.

“Por meio da dança é possível desenvolver a percepção, a imaginação, aprender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada” (SOUZA, 2004, p. 361).

O ballet como dança acadêmica, é quase inatingível por crianças desfavorecidas economicamente devido ao seu alto custo. Proporcioná-lo à um grupo que se insere nesse quadro extrapola uma simples oferta de atividade, podendo romper o senso comum de que ‘ballet é coisa de rico’.

IMPACTO SOCIAL NO RELACIONAMENTO FAMILIAR

Cerca de 27% dos responsáveis pelos alunos do CAJUN de Andorinhas relataram que não houve mudanças no relacionamento familiar após o ingresso dos alunos no Projeto. Já 45% disseram que melhorou e 27 % que melhorou muito o comportamento dos filhos. Quando perguntados quais foram as mudanças, cerca de 27% responderam que o comportamento de forma geral melhorou , além de 27% se remeterem ao aumento da disciplina. Outros aspectos como a atenção o interesse pela família também foram citados pelos responsáveis. 18% dos responsáveis relataram o aumento da responsabilidade.

De acordo com os relatos dos responsáveis pelos alunos, nos parece que, no imaginário dos mesmos, o CAJUN é uma instituição benéfica pois pelo menos ocupa o tempo livre das crianças e adolescentes, podendo assim, afastá-los de perigos como as drogas e a violência. Dessa forma, o CAJUN se justifica para os pais, que parecem satisfeitos com o assistencialismo do Projeto, não dando muito importância à falta de práticas afim de promover a cidadania, tanto dos alunos quanto da família como um todo.

A RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA REGULAR E O CAJUN

O P.P.P. do CAJUN propõe uma parceria sólida com a Escola Regular afim de proporcionar uma melhora do desenvolvimento escolar dos alunos, mas essa parceria não ocorre. Não é feito qualquer tipo de acompanhamento dos alunos por parte do Projeto e nem se quer é cobrada a matrícula em alguma escola para que se possa realizar atividades no CAJUN.

Apesar de 63 % dos pais terem relatado que o comportamento de seus filhos melhorou ou melhorou muito na escola, 37% relataram que não houve mudança alguma. Esse é um dado preocupante já que o impacto escolar é um objetivo fundamental no P.P.P. do CAJUN, e deveria ser atingido pela quase totalidade de seus aluno. Os funcionários da Escola regular negaram melhoras no desempenho escolar dos participantes do CAJUN além de relatarem uma completa ausência de parceria entre as duas instituições.

CONCLUSÃO

A divergência entre a o número de alunos descritos na pauta e pauta e o número real de freqüentadores do CAJUN apontam uma alta rotatividade.

O Projeto não demonstrou um impacto escolar significante. Apesar das mães declararem mudanças tais como aumento de responsabilidade, as funcionárias da Escola regular relataram que as famílias dos alunos que freqüentam o CAJUN quase nunca comparecem à escola, além do relato por parte das mesmas de uma completa ausência de mudanças no rendimento e no relacionamento escolar por parte dos alunos do Caminhando Juntos.

Mas, apesar da falta de impacto social escolar, e de um razoável impacto no relacionamento familiar, o CAJUN se tornou um aliado dos pais, que descansam com a

certeza de terem seus filhos longe das drogas e da violência, e dos filhos, que sonham com uma vida melhor através do aprendizado proveniente do Projeto, além de terem seus tempos livres ocupados por uma atividade que lhes dá um grande prazer.

Concluimos assim que as ações do CAJUN necessitam ser repensadas se a intenção da realização da promoção da cidadania, declarada em seu P.P.P. for verdadeira. A realização de uma ponte entre o Projeto e as Escolas Regulares, bem como a cobrança por melhoras no desempenho escolar poderiam ser efetivadas a partir da sugestão da pedagoga da Escola de incluir outros pedagogos dentro do CAJUN, que poderiam também auxiliar no desenvolvimento de atividades escolares, impactando efetivamente o desempenho escolar. Ao invés de cobrar aulas extremamente tecnicistas de ballet, que acabam por deixar de lado a ludicidade, a criatividade e a crítica, elementos defendidos no P.P.P. do Projeto, o CAJUN poderia dar ênfases à assuntos de relevância social tais como a violência, o tráfico de drogas, a estrutura familiar, o respeito pelo outro, os benefícios da educação, os direitos do povo enquanto cidadãos, dentre outros, podendo assim, contribuir para a consolidação de uma cidadania emancipada bem como a formação de indivíduos educados e respeitosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, através do contato:

Email: anaufes@yahoo.com.br ; Tel: (27) 9932-9948 / 3339-8782